

CAMPANHA DIPLOMÁTICA DE MARROCOS: ISOLAR O INIMIGO

Marrocos tem vindo a desenvolver uma intensa campanha diplomática nos últimos tempos, a que o pedido de renúncia apresentado por Horst Köhler do cargo de Enviado Pessoal do Secretário-geral da ONU para o processo de descolonização do Sahara Ocidental não terá sido alheio.

Como então demos conta, a Frente POLISARIO responsabilizou os governos da França e dos Estados Unidos da América por essa atitude do ex-presidente alemão. Assim como também demos então conta da atitude reivindicativa do regime marroquino atribuindo os “méritos” desse pedido à sua agressiva diplomacia.

E, de facto, esta tem estado muito activa, como recentemente o comprovou com os acordos estabelecidos com El Salvador e com Barbados. Se bem que do ponto de vista geoestratégico estes dois Estados não tenham um grande peso na arena política internacional, ao conseguir “levá-

los” a subscrever a sua proposta no processo de descolonização do Sahara Ocidental, Rabat pretende transmitir um sinal de mudança na relação de forças no seu conflito com o movimento de libertação saharauí. Aliás, já tivemos a oportunidade de assistir a processos semelhantes a este com ex-colónias portuguesas - como foram os casos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe - que reconheceram inicialmente a República Árabe Saharauí Democrática (RASD) mas depois alteraram a sua posição, porque “outros valores mais altos se alevantaram”, pelo menos mais que os do direito internacional.

Segundo o comunicado de imprensa divulgado em 15 de Junho passado subscrito pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, Nasser Bourita e Alexandra Hill Tinoco, «o governo de El Salvador informou o governo do Reino de Marrocos da sua decisão de deixar de reconhecer a R.A.S.D. e de romper todo o contacto com essa entidade». «O governo de El Salvador apoia a integridade territorial do Reino de Marrocos e a sua soberania nacional, assim como a sua iniciativa de autonomia como única solução para este diferendo regional», conclui o comunicado conjunto. Na ocasião foi ainda afirmado que este acordo inclui a cooperação económica nas áreas da agricultura, do turismo, da saúde, das energias renováveis, as questões migratórias, etc..

No dia 21 de Junho, de acordo com um despacho da Agência Marroquina de Informação, a Primeira-ministra de Barbados Mia Mottley, de visita a Rabat, «decidiu deixar de reconhecer a pseudo “rasd”



Fig. 1: MNE Uld Salek: RASD ratificou Acordo de Livre Comércio

[sic]» e, ao fazê-lo, «o governo de Barbados» estava a «prosseguir as acções já empreendidas por mais de 162 países em todo o mundo», citando o comunicado conjunto. Que acrescenta: «O governo de Barbados apela a todas as partes a prosseguir, de boa fé, as negociações a fim de manter o momento iniciado pelo plano de autonomia, que é credível, sério e realista, e de favorecer uma solução política baseada no realismo e no espírito de compromisso no quadro da integridade territorial de Marrocos e de acordo com o Conselho de Segurança da ONU».

Esta ofensiva foi também visível na sessão de 17 e 24 de Junho da Comissão de Descolonização das Nações Unidas, vulgarmente designada de Comité dos 24, ocorrida em Nova Iorque.

As linhas de fractura foram basicamente as mesmas das anteriores sessões desta Comissão: de um lado os que defendem que a questão do Sahara Ocidental é um processo de descolonização — Frente POLISARIO, Argélia, República da África do Sul, Uruguai, ... — e do outro os que defendem que é um caso de defesa da integridade territorial — Marrocos, Costa do Marfim, Senegal, Arábia Saudita, Os primeiros defendem a realização de um referendo de autodeterminação que contemple todas as opções de escolha — independência, integração ou uma autonomia regida por Rabat. Os segundos limitam a escolha à autonomia no quadro do Reino de Marrocos.

Ilustrativo de como “as circunstâncias fazem os discursos” foi a intervenção do embaixador da Indonésia, Mohammad Kurniadi Kob, ao afirmar que a «erradicação do colonialismo está entre as prioridades das Nações Unidas porque o seu trabalho está directamente relacionado com o bem-estar dos Territórios. O trabalho da Comissão de Descolonização deve ser guiado pela necessidade de aumentar a sensibilização para que ainda existem 17 Territórios Não-autónomos, a necessidade de empenhamento consultivo em cada caso e uma abordagem baseada no consenso». Recorde-se que há 20 anos a Indonésia, potência ocupante de Timor-Leste, partilhava as posições de Marrocos nesta Comissão.

O representante da Frente POLISARIO, Sidi Mohamed Omar, na sua intervenção voltou a exortar a comunidade internacional a «dar uma oportunidade ao povo saharauí de exercer de modo livre e democrático o seu direito inalienável à autodeterminação e à independência. Cremos que não é pedir demasiado a esta Comissão das Nações Unidas criada para erradicar o colonialismo sob todas as suas manifestações e formas».

Omar alertou para o facto de Marrocos querer convencer a comunidade internacional que «a força faz o Direito». «Por outras palavras, Marrocos quer que a ONU simplesmente aceite a sua reivindicação de soberania sobre o Sahara Ocidental, que a organização nunca reconheceu». E lembrou que se a regra tivesse sido “a força faz o Direito”, «numerosos países que hoje fazem parte desta Comissão não teriam acedido à independência».

De igual modo, aproveitando a realização da XII Cimeira Extraordinária da União Africana realizada em Niamey, capital do Níger, que aprovou a entrada em vigor do Acordo Continental que estabelece a criação de uma Zona de Livre Comércio, o MNE da RASD, Mohamed Salem Uld Salek, divulgou a 9 de Julho um comunicado onde chama a atenção para que o facto de o seu país ter assinado e ratificado este Acordo enquanto Marrocos apenas o assinou, mas quando o ratificar «converter-se-á num Estado parte deste tratado igual à República Saharauí». O ministro insurge-se contra as declarações do MNE marroquino no final do encontro «negando a existência da República Saharauí, dos seus bens e produtos (...)». Uld Salek relembra as condições que Rabat se comprometeu a respeitar, que figuram no articulado deste tratado, no tratado de adesão à UA e demais legislação internacional.

E conclui: «pode dizer-se que as declarações do ministro marroquino, depois das derrotas sofridas em Niamey, se dirigem principalmente à opinião nacional marroquina, já que, por um lado, Marrocos ratifica compromissos internacionais e, por outro, projecta um discurso interno totalmente inverso ao

que assumiu. Tudo isso para tentar superar a grande crise estrutural sofrida pelo regime (...) que faz com que o país ocupe as últimas posições nos indicadores de desenvolvimento humano, educação e saúde, elevando-o ao mais alto nível em termos de emigração e número de cidadãos pertencentes a grupos terroristas, sem esquecer a sua supremacia nas exportações de drogas».

Durante o desenrolar dos trabalhos na capital do Níger o presidente da RASD Brahim Ghali foi convidado pelo seu homólogo mauritana para assistir às cerimónias de tomada de posse do novo presidente da Mauritânia, Mohamed Cheikh El-Ghazouani, que ocorrerão em 1 de Agosto próximo.